



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Av. Fernando Ferrari, 514 - Vitória – ES – CEP: 29.075-910
Campus de Goiabeiras
Tel: +55 (27) 3335-2324 / Ramal *5254
E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com
<http://www.historia.ufes.br>



PROCESSO SELETIVO DE MESTRADO 2019/1 GABARITO DA PROVA DE CONTEÚDO

1. *“A questão dos limites torna-se ainda mais urgente: se são frutos dos períodos de crise política e, como tais, devem ser compreendidas no terreno político e não no jurídico-constitucional [...], as medidas encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal”*

Apresente os principais elementos e discorra sobre o conceito de *Estado de Exceção* desenvolvido pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, trabalhado em seu livro com mesmo título.

R: Na questão, o candidato deve apresentar os principais elementos que compõem o conceito de *Estado de Exceção*, de Giorgio Agamben, e discorrer sobre eles, observando como nessa figura do direito público, devidamente inscrita nas instituições jurídicas, em muitos casos nas próprias Constituições, existe um ponto de tensão entre, de um lado, o poder do direito e, de outro, um poder “nu”, não institucional e que incide diretamente sobre os corpos. O candidato deve analisar também o modo como o Estado de Exceção deixou de ser um dispositivo provisório para situações de perigo ou de crises agudas, para se tornar uma norma quase que permanente, amplamente utilizada pelos governos ocidentais. Deve apontar que o Estado de Exceção não é nem exterior, nem interior ao ordenamento jurídico. Diz respeito a um patamar ou a uma zona de indeterminação entre democracia e absolutismo, em que a perda parcial na credibilidade dos poderes legislativos e executivos acaba por conceder ao judiciário um papel que acaba extrapolando seus limites, passando este a atuar de modo ativista, gerando muitas distorções e dilemas no ambiente institucional.

2. *“Por um lado, movendo-se em uma escala reduzida, [a Micro-história] permite, em muitos casos, uma reconstituição do vivido, impensável em outros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis das quais aquele vivido se articula” (GINZBURG, 1989, p. 177).*

A partir da citação de Carlo Ginzburg, reflita acerca de elementos caros à Micro-história destacados por Vainfas (2002), tais como “redução de escalas”, “narrativa”, “múltiplas temporalidades” e “compatibilidade de escalas”.

R: Na resposta da questão, o candidato deve refletir sobre:

- As 4 redefinições na prática historiográfica resultantes da redução da escala de observação do historiador:
 - *Redefinição dos pressupostos da análise sócio-histórica*, que pressupõe que “mais importante do que o caráter geral da sociedade estudada [classes e estratificações sociais] é a teia social concreta onde os atores se movem, exercendo múltiplos papéis sociais e individuais” (VAINFAS, 2002, p. 116-117).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Av. Fernando Ferrari, 514 - Vitória – ES – CEP: 29.075-910
Campus de Goiabeiras
Tel: +55 (27) 3335-2324 / Ramal *5254
E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com
<http://www.historia.ufes.br>



- *Redefinição da noção de estratégia social*, que evidencia duas percepções: a primeira, a de que importa analisar não apenas os fatos ocorridos, mas os dilemas, os impasses, as incertezas dos indivíduos, dando à narrativa um caráter experimental; a segunda, a de que “esta redefinição de estratégia social dos atores implica o descarte ou a minimização de atitudes modulares derivadas necessariamente da posição dos indivíduos” (VAINFAS, 2002, p. 118).

- *Redefinição da noção de contexto*, com a recusa de uma percepção de um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas.

- *Redefinição da hierarquia das problemáticas históricas*, que pressupõe, ao negar o contexto homogêneo, que os micro-historiadores devam evidenciar, “em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variados, do mais local ao mais global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada ou parcial ou mutilada de realidades macrossociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente” (VAINFAS, 2002, p. 119).

- Os elementos definidores da narrativa micro-histórica influenciada pela *thick description* geertziana, com uma percepção microscópica, interpretativa e exaustiva dos *case studies*, assim como o uso do *narrador onisciente*, que dialoga com o leitor e que apresenta e discute tanto os fatos ocorridos, quanto os impasses, escolhas e dilemas dos atores históricos, numa *dimensão experimental* que evidencia as possibilidades da ação concreta dos indivíduos frente às estruturas e regras sociais, além de mostrar, na narrativa, os procedimentos da pesquisa, as limitações documentais, as conjecturas e as construções interpretativas.
- As temporalidades múltiplas existentes nas microanálises, uma vez os micro-historiadores trabalham tanto com o tempo do acontecimento quanto com o das regras e normas da estrutura, que se conectam e se entrecruzam nas condições de existência dos indivíduos, imiscuindo no cotidiano dos atores históricos temporalidades curtas e estruturas de longa duração.
- As complementariedades da aplicação de escalas diversas (macrossociais e microanalíticas) na pesquisa histórica, explorando suas potencialidades e percebendo suas limitações. Assim como afirma Vainfas (2002, p. 149-150):
“No caso da história geral ou macrossocial, perde-se de vista a história vivida, a experiência concreta dos indivíduos, em favor de sujeitos sociais abstratos; perde-se a vivacidade e a dramaticidade dos enredos singulares face às dinâmicas generalizantes. [...] A história sai ganhando, de todo modo, na reconstrução das estruturas gerais – socioeconômicas, políticas, culturais”.
“No caso da microanálise, a história se torna capaz de funcionar como a ciência do vivido, oferecendo ao leitor universos sociais que forçosamente escapam ao olhar macroanalítico. [...] Seus riscos, como vimos, se encontram no empirismo, no



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Av. Fernando Ferrari, 514 - Vitória – ES – CEP: 29.075-910
Campus de Goiabeiras
Tel: +55 (27) 3335-2324 / Ramal *5254
E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com
<http://www.historia.ufes.br>



perigo de transformar um caso extremo ou situação-limite em um exemplo típico, no descontrole das intuições e conjecturas face às lacunas de informação, abrindo caminho para um subjetivismo quase ficcional. E talvez a maior limitação da microanálise resida na ausência da comparação”, [já que] comprometida em exaurir as possibilidades documentais disponíveis para o estudo do caso único”.

3. Paul Ricoeur, ao analisar a questão da escrita da história, pergunta se não seria a historiografia herdeira da “*ars memoriae*” (A arte da memória), enquanto representação de uma memória artificial, construída mais como narrativa de uma façanha, e não propriamente como “lembrança precisa de acontecimentos passados”.

R: Na análise dessa questão, o candidato, deve abordar os aspectos relacionados a seguir, podendo envolver no discurso também o pensamento de outros autores:

- A noção de história como tempo em movimento: tempo vivido e tempo da memória (anterior/posterior, contínuo/descontínuo).
- O conhecimento histórico como epistemologia (narrativa testemunhal (memória oral) x memória arquivada (prova documental).
- Significado do arquivo para a escrita da história.
- Justifique a preferência de Ricoeur pela “história das representações” à “história das mentalidades”.

4. Marshall Sahlins, no texto *História e cultura: apologias a Tucídides*, faz a seguinte pergunta sobre a questão do sujeito histórico: *os estudos historiográficos devem privilegiar a coletividade ou o indivíduo?* Apresente e debata o argumento apontado por Sahlins acerca desta pergunta no referido texto.

R: O argumento usado por Sahlins é que as coletividades estão para as tendências assim como os indivíduos estão para os eventos; em outras palavras, que a escolha de sujeitos históricos depende do modo da mudança histórica. Neste sentido, o debate dos alunos deve apresentar os estudos apontados pelo autor tanto sobre a Grécia Antiga quanto o do tempo atual, sobre o time de baseball (*Giants* de Nova York).